

## O NÃO DITO: ABAIXO DA SUPERFÍCIE TEXTUAL

Marcos Roberto da Costa\*

### Resumo

Este artigo pretende analisar o não dito, os implícitos que estão subjacentes à superfície do texto a partir da análise do título de matéria de capa de um jornal de grande circulação no estado do Espírito Santo. Por meio de uma abordagem de caráter bibliográfico, de uma concepção dialógica de língua em que o texto é visto como lugar de interação, e da Análise de Discurso, busca-se verificar como o não dito assume maior relevância do que aquilo que está explicitamente expresso no texto. Além disso, pretende-se fazer uma breve análise sobre o papel do revisor nesse contexto. Constatou-se que os implícitos podem causar maior impacto, uma vez que os sentidos não estão no texto, mas são produzidos a partir dele num processo dialógico entre os interlocutores. Por outro lado, a figura do revisor de textos pode ser fundamental na mitigação dos mal-entendidos que os implícitos possam causar.

**Palavras-chave:** Texto. Implícitos. Análise de Discurso. Concepção Sociointeracional de Linguagem.

### Abstract

This article aims to analyze the unsaid, the implicit assumptions underlying the text surface of a headline in a popular newspaper widely read in the state of Espírito Santo, Brazil. Through a literature review, a dialogical approach to language in which the text is seen as a place of interaction, and discourse analysis, this study seeks to check how the unsaid becomes more relevant than what is explicitly stated in the text. In addition, a brief analysis of the role of proofreaders is carried out. On the one hand, it was found that implicit assumptions can cause greater impact than what is literally expressed since meaning is not in the text, but is constructed from it in a dialogical process between interlocutors. On the other hand, proofreading can be an activity of considerable importance for the mitigation of misunderstandings caused by implicit assumptions.

**Keywords:** Text. Implicit Assumptions. Discourse Analysis. Social Interactionist Approach.

---

\* Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), Vitória, Espírito Santo, Brasil, [marcos.costa@incaper.es.gov.br](mailto:marcos.costa@incaper.es.gov.br).

## Introdução

O texto em si não detém o sentido, uma vez que os diferentes significados são construídos a partir dele, levando em consideração o conhecimento de mundo do interlocutor/leitor, o contexto de produção, entre outros.

Para ilustrar essa afirmação, tem-se recorrido com frequência à metáfora do iceberg: como este, todo texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. (KOCH, 2013, p. 30).

É esse sentido submerso, o não dito, que é a mola propulsora deste trabalho, uma vez que o sentido inferido pelo leitor, por meio dos códigos, do que está subjacente à superfície textual pode ser mais relevante do que a informação explícita pretendida inicialmente pelo produtor do texto. As diferentes leituras podem, inclusive, causar problemas de interpretações a princípio não imaginadas pelo autor do enunciado.

O objeto de análise selecionado para ilustrar os desdobramentos dos implícitos, dos sentidos que estão abaixo da superfície textual consiste no título da matéria de capa intitulada *Servidor ganha até 5 vezes mais que trabalhador*, do jornal *A Gazeta*, na edição do dia 9 de fevereiro de 2014.

A motivação para a escolha do título dessa matéria foi o fato de ter causado grande impacto negativo com diversos desdobramentos no contexto social (opinião pública) onde esse periódico é distribuído e lido. A justificativa para o *corpus* ser composto de apenas um texto é em função da intenção de delimitar o tema e objeto de estudo, uma vez que a proposta é uma breve análise sobre o assunto, sem maiores pretensões de aprofundamentos neste momento. Além disso, o título da matéria escolhida, por si só, demonstra ser bastante relevante ao que é proposto neste trabalho.

A partir desse objeto de estudo, propõe-se investigar como o não dito, ou seja, o implícito, no título da matéria de um jornal de grande circulação pode causar mais impacto do que o sentido inicialmente pretendido. Ademais, o trabalho que ora se delineia objetiva também analisar o papel da inferência na dedução de informação nova, que não é dada a partir do que está explícito no texto; pesquisar a natureza interacional do processo de leitura, uma vez que os interlocutores utilizam determinadas estratégias para a construção de sentido; e discorrer sobre o dito e o não dito no discurso e também buscar resposta para

o seguinte questionamento: como o não dito se torna mais relevante do que o dito, aquilo, aparentemente, pretendido pelo sujeito/enunciador?

Paralelamente, procura-se refletir sobre a contribuição do profissional de revisão de textos como agente mediador entre o produtor da mensagem e seu interlocutor.

### **As bases teóricas, procedimentos e análise**

Para fundamentar a investigação aqui proposta, torna-se necessário um embasamento teórico que sustente as afirmações e considerações que serão apresentadas ao longo deste trabalho. Em função da natureza deste estudo e dos objetivos propostos, é fundamental definir o arcabouço teórico que será o ponto de partida para a condução da investigação e do raciocínio, a saber: a Análise de Discurso e sua importância para os estudos da linguagem; os implícitos; o dito e o não dito no discurso; e o texto e a questão do sentido.

Portanto, a partir desse referencial teórico, traçaremos a nossa trajetória na condução da pesquisa, uma vez que “[n]a análise de discurso, há noções que encampam o não-dizer; a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário” (ORLANDI, 2013, p. 82). E é sobre o não dizer que nos debruçaremos para desenvolver o trabalho que aqui se delinea.

A Análise de Discurso proporciona uma reflexão a respeito da linguagem como espaço de interação. Os sujeitos envolvidos não são meros produtores e receptores de mensagens, uma vez que são coparticipantes do processo de construção de sentidos. Para Orlandi (2013, p. 9),

[a] entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é a contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem.

A Análise de Discurso, diferentemente da Linguística, que estuda a linguagem sob a perspectiva de um sistema abstrato de regras formais ou da Gramática, que estabelece as normas da língua padrão, concentra sua atenção na linguagem como discurso, como prática de interação social em curso, pois etimologicamente a palavra discurso encerra a ideia de

movimento, algo em andamento e, em última análise, o indivíduo utilizando a linguagem (ORLANDI, 2013, p. 15). Além disso, vale ressaltar que a Análise de Discurso também leva em consideração o discurso como objeto sócio-histórico e, como tal, está atrelado à ideologia. De acordo com Pêcheux (1975 apud ORLANDI, 2013, p. 17), “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.

O que está expresso, explícito no texto tem a ver com o não dizer, aquilo que está implícito, pois “[...] sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2013, p. 82).

O não dizer, ou seja, o implícito pode ser distinguido de duas formas: o pressuposto e o subentendido. O primeiro está inscrito, veiculado pelo enunciado, não dito, mas presente. Já o subentendido encontra-se abaixo da superfície textual e, portanto, depende do contexto para constituir sentido.

Ademais, na Análise de Discurso, há outra forma de se trabalhar o não dito, isto é, por meio do silêncio que “[...] pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido (ORLANDI, 2013, p. 83). A autora estabelece três tipos de silêncio: o silêncio fundador, aquele que “faz com que o dizer signifique”; o silêncio constitutivo, isto é, “para dizer é preciso não dizer”; e “o silêncio local”, ou seja, aquilo que um determinado contexto não permite que seja dito. Ainda segundo a linguista, pelo fato de a linguagem ser um lugar de interação que possibilita comunicação entre os membros de uma comunidade, que é pautada pela ideologia e relações de poder, haverá sempre a censura, ou seja, aquilo que pode ou não ser dito gerando, assim, um silêncio que caminha paralelamente ao discurso. Sendo assim, é fundamental observar o que não é dito, mas que se faz presente no enunciado.

No entanto, isso não significa que dessa maneira vale tudo, ou seja, que uma vez que o não dito significa, então podemos relacionar tudo que não foi dito ao posto (o dito). Na realidade, apenas o não dito relevante para aquela situação será levado em consideração.

Os implícitos presentes no discurso são formados por pressupostos e subentendidos. O pressuposto está ligado diretamente à natureza linguística do enunciado ao seu sentido literal, uma vez que

[...] o fenômeno de pressuposição parece estar em estreita relação com as construções sintáticas gerais – o que fornece uma primeira razão para tratá-lo no componente linguístico onde, evidentemente, deveria ser descrito o valor semântico dessas construções. (DUCROT, 1987, p. 19).

Já o subentendido não está expresso literalmente no dito, uma vez que ele depende de um contexto. Assim, o subentendido é uma forma utilizada pelo enunciador para poder se proteger, uma vez que ele tem a oportunidade de dizer sem se comprometer. De acordo com Ducrot (1987, p. 19) “[...] o subentendido permite acrescentar alguma coisa sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita”.

Enquanto o pressuposto está no interior do discurso, o subentendido é realizado fora, ausente do próprio discurso, pois tem relação com a exterioridade. Portanto, o pressuposto “[...] é apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável no interior do qual a conversação deve necessariamente inscrever-se, ou seja, como um elemento do universo do discurso” (DUCROT, 1987, p. 20); conseqüentemente, sua detecção se dá por meio dos componentes linguísticos. Por outro lado, o subentendido é o que o interlocutor conclui, ou seja, é segundo o autor ‘um raciocínio realizado sobre o ato de enunciação’.

Outra consideração a respeito do pressuposto e do subentendido: a constatação da existência de pressupostos não depende de inferências lógicas por parte dos indivíduos, uma vez que eles (pressupostos) estão inscritos na língua. Já o subentendido, ao contrário, ocorre por meio da ponderação do destinatário, que leva em consideração sua memória discursiva, o contexto de produção, além, é claro, do próprio sentido transmitido pelo enunciado.

Nos dois casos (pressuposição e subentendido), o enunciador tem a possibilidade de isenção de responsabilidade em relação ao sentido que é produzido. Assim, o enunciador pode se retirar, por assim dizer, da fala.

O texto é considerado unidade fundamental da análise da linguagem. O texto possui inúmeras definições, mas neste estudo, conforme Orlandi (2013, p. 18), citando Halliday, afirma que este

[...] considera o texto como uma passagem de qualquer comprimento que forma um todo unificado, pensando a linguagem em uso. Segundo sua proposta, que trata o texto como uma unidade semântica, o texto não é constituído de sentenças,

ele é realizado por sentenças, o que de certo modo, inverte a perspectiva linguística.

Sabemos que a definição de texto é bastante variada e depende da perspectiva teórica adotada. No presente trabalho, adotaremos a concepção sociointeracional de linguagem defendida por Koch (2013, p. 27), segundo a qual, o texto é

[...] uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados de modo a permitir-lhes, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Em outras palavras, os textos são resultado da interação social em situações concretas, até porque a linguagem é veículo de comunicação social, pois não haveria sociedade sem comunicação (PETTER, 2008).

A partir desses conceitos, podemos afirmar que o texto não é um produto acabado, contendo um significado definitivo a ser decodificado por um destinatário. Na realidade, podemos recorrer à metáfora do iceberg para explicar a interpretação textual, pois além do que está expressamente inscrito na superfície do texto, existem camadas abaixo, novas leituras, implícitos, outros sentidos que podem ser atribuídos pelo destinatário/leitor numa relação de interação, ainda que não aparente, com o produtor. Em última análise, é o leitor que atribui sentido ao texto e continua nesse processo conferindo novos sentidos a partir de releituras desse mesmo texto em seu contexto de produção.

Por outro lado, a noção de discurso não está atrelada ao que é definido como mensagem. Ao contrário de ser algo que ocorre de forma sistematizada seguindo um esquema preestabelecido, podemos dizer que

[...] não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2013, p. 21).

Na análise de discurso, não há a busca por uma verdade absoluta ou interpretação única, uma vez que a construção de sentido está vinculada a processos de significação.

Orlandi propõe a distinção entre a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão. Para a autora, inteligibilidade é a característica que confere sentido ao texto, ou seja, ao dizer “ele disse isso”, um falante da língua portuguesa reconhece esse enunciado como inteligível. No entanto, ele não é interpretável, uma vez que não sabemos quem ‘ele’ é ou o que disse. A interpretação por sua vez “[...] é o sentido pensando-se no co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato (ORLANDI, 2013, p. 26). Já numa determinada situação, Maria diz que Antonio vai ao cinema. João, por sua vez, lhe pergunta como ela sabe e ela lhe responde que Antonio disse isso. Desse jeito, a interpretação ocorre. No entanto, a compreensão vai muito além do que está expresso na superfície do texto. Como na metáfora do iceberg, há muito mais significação abaixo da tona.

Também não podemos deixar de mencionar o interdiscurso, também chamado de memória discursiva, pois ele tem papel fundamental na construção dos sentidos. Em outras palavras, “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2013, p. 31). Assim, o já dito está ligado diretamente ao que se está dizendo, pois as experiências passadas, os conhecimentos dos leitores a respeito do tema, os já ditos em outros momentos são presentificados pelo enunciado realizado e têm efeito sobre a construção de sentidos. Sobre isso a autora afirma que

[o] dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI, 2013, p. 31, grifo do autor).

Sendo assim, o texto em si não é o objeto de análise, mas espaço significante, o lugar onde se realiza a discursividade. Na realidade, o foco recai sobre o discurso nele contido e os sentidos ali produzidos. O texto é considerado um objeto simbólico, um fato discursivo. Em suma, para a Análise de Discurso, o importante não é a organização linguística do texto ou sua materialidade, mas os sentidos que são produzidos a partir dele. Dessa maneira, o texto é espaço de interação onde os interlocutores são atores numa relação dialógica que permite a produção de significados que se realizam não apenas por meio dos

elementos linguísticos e organização textual, mas, acima de tudo, por intermédio dos conhecimentos de mundo dos participantes do evento comunicativo.

Ainda levando em consideração esse aspecto dialógico do texto, a proposta aqui apresentada é investigar aspectos ligados ao não dito, à informação não dada em uma manchete de um importante jornal. Em função do corpus escolhido e da proposta de uma breve análise de caráter preliminar, será realizado um trabalho de cunho bibliográfico, uma vez que

[a] pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos [...], busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO e BERVIAN, 1996, p. 48).

A busca pela resposta ao questionamento feito inicialmente, que é a mola propulsora dessa pesquisa, não será de cunho definitivo e, portanto, aberta a futuras investigações mais detalhadas.

No dia 9 de fevereiro de 2014, o jornal *A Gazeta*, periódico de grande circulação no Espírito Santo, publicou uma matéria de capa intitulada *Servidor ganha até 5 vezes mais que trabalhador*. Tal manchete claramente chamou a atenção de muitos leitores não pelo que expressava literalmente ou ainda pelo que estava inscrito no texto. O mais relevante foi, sem dúvida, os sentidos que foram apreendidos muito embora não estivessem ali presentificados no enunciado. De fato, o implícito, também carregado de significado, passou a ser mais expressivo do que o dito. Pensar no processo de construção de sentido, portanto, não é simplesmente decodificar signos linguísticos, mas segundo Pêcheux (1988 apud SILVA, 2008, p. 41), “[...] tirar as consequências do fato de que o não dito precede e domina o dizer”.

Como desdobramentos dos implícitos do texto em questão, houve uma série de manifestações de críticas oriundas das leituras da matéria publicada naquele dia. Entre essas manifestações, podemos citar as notas de repúdio publicadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo – Sindipúblicos (NOTA, 2014a), pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo – Sindjud (NOTA, 2014b), além de várias manifestações em redes sociais.

O teor das notas de repúdio foi bastante similar. Vale ressaltar que ambas expuseram e criticaram tanto o pressuposto, ou seja, a informação inscrita na mensagem explicitamente quanto o subentendido (o não dito) localizado no enunciado, mas não expresso de forma literal, como o fato de uma das notas de repúdio afirmar que “[a] reportagem ainda desconsidera que os servidores são trabalhadores e trabalhadoras” (NOTA, 2014a).

Quando se fala em não dito, remete-se também ao caráter de incompletude da linguagem, na dimensão do silêncio, pois, segundo Silva (2008, p. 42),

[...] nem os sujeitos, nem os discursos e nem os sentidos estão prontos e acabados. Eles estão sempre se (re)construindo no movimento constante do simbólico e da história. Por esse motivo, o leitor precisa mergulhar na tessitura textual para interpretá-la e compreendê-la à luz dos seus conhecimentos e vivências, partindo do princípio de que cada sujeito, ao produzir um discurso, relaciona-o sempre com o interdiscurso ou memória discursiva.

Ao trazer para o discurso algo que já foi dito antes, o sujeito lança mão do interdiscurso que é a retomada dos já ditos para a construção de significados, ou seja, tudo o que foi dito em algum momento, em um determinado contexto tem efeito sobre a produção de sentidos no discurso. Portanto, segundo Silva (2008, p. 43), “[...] na relação entre o dizível e o não-dizível, dá-se a produção do sentido; [...], o dito e o não-dito são determinados pelas formações discursivas, as quais operam através dos saberes constituídos na memória do dizer”.

Assim, a partir dessa perspectiva, uma breve análise do título da matéria do jornal *A Gazeta* é proposta.

O título da matéria de capa *Servidor ganha até 5 vezes mais que trabalhador* abarca um enunciado inteligível e que é passível de permitir a atribuição de significados a partir do que é dito. Entretanto, a compreensão vai além do que está expresso literalmente, conferindo outros sentidos, visto que “[...] todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” (ORLANDI, 2013, p. 62).

Entre o dito (conteúdo explícito) e o não dito (conteúdo implícito), há uma extensão a ser percorrida pelo interlocutor, um espaço que dá margem a inúmeras construções de significados. Em relação ao título da matéria, isto é, *Servidor ganha até 5 vezes mais que trabalhador*, pode-se observar o seguinte: um pressuposto que indica que o servidor

público ganha bem. Como subentendido, fica implícito que servidor público não é trabalhador. Para produção de significado, o leitor retoma sua memória discursiva, ou seja, os já ditos a respeito do serviço público, de crenças que sugerem ociosidade do servidor ou morosidade das atividades ligadas à administração estatal. Portanto, segundo Orlandi (2013, p. 44), “[o]s sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas”. O leitor recorre ao interdiscurso, ou seja, algo que está implícito, um não dito que é socialmente difundido, o qual estabelece que não se trabalha no serviço público tanto quanto no setor privado, que servidor público é ocioso. O dito, aquilo que está inscrito no enunciado remete a outras memórias discursivas. Assim, “[o] enunciador, no ato discursivo, sugere algo não expresso no enunciado, que depende do contexto, de outras informações que o leitor deverá buscar na sua memória discursiva [...]” (SILVA, 2008, p. 49).

De acordo com o que é analisado acima, o título da matéria, que é o posto, aquilo que é dito literalmente, traz consigo necessariamente conteúdos implícitos: o pressuposto que o servidor público ganha bem e o subentendido que o servidor não é trabalhador. Isso ocorre porque “[q]uando se diz ‘x’, o não-dito ‘y’ permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de ‘x’. Isto é, uma formação discursiva pressupõe uma outra [...]”. (ORLANDI, 2013, p. 82, grifo do autor).

Portanto, ao dizer *Servidor ganha até 5 vezes mais que trabalhador*, o autor da matéria jornalística silenciou vários dizeres, entre outros, que servidor público não é trabalhador, aparentemente o mais polêmico e gerador das manifestações de repúdio (NOTA, 2014a, 2014b). Consequentemente, esse silêncio produziu sentido em outra direção possivelmente não pretendida pelo enunciador.

Ao retomar a indagação que motivou esta pesquisa (Como o não dito se torna mais relevante do que o dito, aquilo, aparentemente, pretendido pelo sujeito/enunciador?), a resposta talvez esteja no fato que “[...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras” (ORLANDI, 2013, p. 34). Ainda segundo a autora, o sentido não está contido necessariamente no enunciado como se fosse parte integrante dele, mas é construído em função do processo interacional entre enunciador e interlocutor e de aspectos diversos como memória discursiva, conhecimento de mundo, contexto, entre outros.

Sendo assim, podemos dizer que a produção dos sentidos está diretamente relacionada com a ideologia, com uma conjuntura sócio-histórica dada, uma vez que o leitor, servidor público, por exemplo, teve uma percepção diferente (servidor não é trabalhador) daquela construída por um funcionário de empresa privada (servidor ganha mais do que nós). A esse respeito, Orlandi (2013, p. 44-45) informa que

[p]alavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevermos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra.

Expandindo um pouco mais a discussão, poderíamos também refletir acerca do papel do revisor no contexto até aqui analisado. De maneira geral, o revisor é visto como o profissional que realiza adequações do texto do ponto de vista linguístico. No entanto, Coelho e Antunes (2010, p. 221-222) afirmam que o revisor deve adotar uma postura mais arrojada e ir além da revisão linguística e empreender voos mais altos e verificar (in)adequações de natureza normalizadora, tipográfica e, especialmente, temática.

Ainda nessa mesma linha de pensamento a respeito do papel do profissional de revisão de textos, Coelho Neto (2013, p. 107-108) assegura que “[o] revisor é a pessoa ideal para fazer o autor enxergar não só erros crassos como nuances invisíveis aos olhos de quem escreve. O revisor analisa o texto como profissional e como leitor”. Na realidade, por estar extremamente envolvido na elaboração de seu texto, o autor não se dá conta de diferentes leituras que podem ser feitas, dos implícitos que podem estar subjacentes à superfície de sua produção.

Muniz Jr. (2009, p. 7) vai mais além ao afirmar que na sua tarefa de preparação de textos para circularem socialmente, o revisor

[...], com seu ‘olhar de alteridade’, prevê as leituras possíveis/prováveis e, com base nisso, propõe novas textualizações para que o texto tenha uma recepção o mais próxima possível da esperada ou desejada. Idealmente, a função dos profissionais de intervenção textual é contribuir para que os efeitos de sentido visados pelo autor venham a público tal qual este o desejou (grifo do autor).

Portanto, podemos inferir que a contribuição de um profissional de revisão de textos no título aqui analisado poderia ter eliminado o subentendido não expresso literalmente no

enunciado, ou seja, a ideia equivocada de que servidor público não é trabalhador. Consequentemente, a colaboração do revisor poderia ter poupado o jornal *A Gazeta* de embaraços causados pela repercussão negativa da matéria e seus desdobramentos, como as notas de repúdio que foram divulgadas na mídia e outras manifestações desfavoráveis nas redes sociais. Talvez uma sugestão de manchete alternativa para a versão impressa seria aquela utilizada na matéria online, isto é, *Público X Privado: Por que salários são tão diferentes?* Nesse título, podemos observar que, embora haja subentendidos (que dependem de um contexto particular), o sentido literal fala mais alto, uma vez que está sendo dito apenas que os salários são muito diferentes. Assim, o subentendido “servidor público não é trabalhador” fica excluído por esse sentido literal. Ainda segundo Ducrot (1987), por meio do sentido literal, o enunciador pode proteger-se e deixar ao seu interlocutor a responsabilidade da interpretação, diferentemente do que ocorre no título da matéria da versão impressa.

Além disso, de acordo com uma das notas de repúdio divulgadas,

[o]s comparativos de valores salariais entre os profissionais públicos e privados, são irrealis ao confrontar salários iniciais da iniciativa privada com os de final de carreira do Poder Executivo. [...] Lamentável que o jornal, se baseando apenas em situações pontuais em outros poderes, generalize para a opinião pública que servidor público ganhe acima da média de mercado. (NOTA, 2014a).

Sendo assim, muito além de simplesmente sugerir outro título que pudesse eliminar os desconfortáveis implícitos, seria necessário haver uma revisão do conteúdo do texto da matéria, uma vez que ele traz informações equivocadas quando compara os salários da iniciativa privada e do setor público (NOTA, 2014a, 2014b).

### **Considerações finais**

Os resultados aqui apresentados não são conclusivos até porque

[c]ada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual à outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. (ORLANDI, 2013, p. 27).

Além disso, a breve análise aqui feita não pretende esgotar a discussão, pois tanto o dito quanto o não dito podem produzir outros efeitos de sentido que não foram expostos neste estudo.

No entanto, esta investigação concisa indica que os significados não estão apenas presentes no que está expresso literalmente no enunciado, uma vez que “[...] os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 30).

Portanto, podemos inferir que no texto em foco a leitura feita pelos leitores extrapolou aquilo que havia sido dito de modo literal pelo autor da matéria e que possivelmente não tinha nenhuma intenção, mesmo que implicitamente, de fazer tal insinuação sobre a condição dos servidores públicos. Além disso, o não dito pode se tornar mais relevante que o dito, uma vez que “[...] é no implícito que se constrói o jogo entre o dito e o não-dito, [...], pois um mesmo enunciado poderá gerar subentendidos diferentes, tendo em vista as várias possibilidades de leitura [...]” (SILVA, 2008, p. 51).

Finalmente, também podemos pressupor que a interferência de um profissional de revisão de textos poderia ter promovido adequações de forma a eliminar os pressupostos e subentendidos que causaram tanta polêmica. Afinal, diferentemente do que normalmente é estabelecido pela sociedade e até mesmo por alguns profissionais da área, o revisor não tem a tarefa de abordar um texto apenas a partir da dimensão linguística ou normativa. Cabe também a esse profissional uma postura crítica em relação ao texto que ultrapasse os aspectos mais evidentes e lhe permita incursões mais aprofundadas na identificação de implícitos abaixo da superfície textual.

Por outro lado, de acordo com Santos (1998, p. 14), “[...] todo ato comunicacional é uma forma de recriação de uma dada realidade captada por aqueles que se comunicam, a partir de seus próprios conceitos e preconceitos”. Portanto, tanto o emissor quanto o receptor, na atividade de produção de sentido, fazem um recorte da realidade baseado em seus princípios e referências e, assim, são sujeitos ativos que dialogicamente constroem sentidos. Aliado a isso, podemos citar também a linha editorial do jornal que impõe limitações à intervenção do revisor de textos. Em suma, a atuação do profissional de

revisão de textos, embora também de caráter intervencionista, não tem poderes ilimitados e, muitas vezes, esbarra em impedimentos que fogem de seu controle.

## Referências

CERVO, Amada Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Markron Books, 1996.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão: critérios para revisão textual**. Brasília: Editora Senac-DF, 2013.

COELHO, Sueli Maria; ANTUNES, Leandra Maria. Revisão textual: para além da revisão linguística. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 205-224, n1º sem. 2010.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O texto e a construção dos sentidos**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MUNIZ JR. José de Souza. A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: Intercom, 2009.

NOTA de repúdio. 13 fev. 2014b. Disponível em: <<http://sindjud.org.br/pt-BR/publicacoes/nota-de-repudio/>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

NOTA de repúdio. 9 fev. 2014a. Disponível em: <<http://www.sindipublicos.com.br/nota-de-repudio-2/>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11 ed. Campinas: Pontes, 2013.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

POMPEU, Júlio. Público x Privado: por que salários tão diferentes. **A Gazeta**, Vitória, 9 ago. 2014. Disponível em:

<[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2014/02/noticias/politica/1478639-publico-x-privado-por-que-salarios-tao-diferentes.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/02/noticias/politica/1478639-publico-x-privado-por-que-salarios-tao-diferentes.html). Acesso em: 1 fev. 2015.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **Introdução à teoria da comunicação**. 2. ed. São Bernardo do Campo: UMESP, 1998.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Os ditos e não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. **Revista da Faced**, Salvador, n.14, p. 39-53, jul./dez. 2008.